

Magistradas sobem pouco na carreira

Há cada vez mais mulheres na Justiça, mas não nos tribunais superiores

Ana Gaspar
agasp@jn.pt

PROGRAMAR o nascimento dos filhos para a altura das férias judiciais era uma das recomendações dadas no Centro de Estudos Judiciários (CEJ), quando a juíza desembargadora Teresa Fêria ali fez a sua formação. Este foi um dos exemplos dados pela magistrada para afirmar que “os preconceitos que existem na sociedade refletem-se na magistratura”, num encontro que ocorreu ontem em Lisboa.

Em 2009, o número de mulheres nos tribunais de primeira instância, Relação e Supremo Tribunal de Justiça era de 1040 (53%), num total de 1970 juizes. A percentagem de juízas é superior na primeira instância, mas vai diminuindo à medida que se alcançam os patamares superiores da carreira.

“Não é verdade que as mulheres vão progredir na carreira para os tribunais superiores” com o passar do tempo, frisa Teresa Fêria. Se fosse assim, acrescenta, isso seria uma realidade em países como a França e a Itália – que abriram a magistratura às mulheres nos anos 40, do sé-

[NA PRIMEIRA PESSOA]



FILIPES ANQUINO

“Na Procuradoria Distrital temos 400 magistrados, destes 65,7% são senhoras. Há círculos em que a divisão é maior, como em Torres Vedras onde as mulheres são 85,7%. Ainda há alguma diferença no que diz respeito a cargos de direção. No distrito, num total de 12 há seis mulheres coordenadoras. No DIAP de Lisboa, apenas um dirigente é do sexo feminino”.

Francisca Van Dunem Procuradora-geral distrital de Lisboa



“Não nego o pesadíssimo passado de discriminação sobre as mulheres. Só o conseguiremos compreender se formos capazes de o desmontar. Porque é que as normas de proteção da maternidade são sobre o que é desviante? Na discussão sobre a igualdade há sempre uma hierarquia.”

Teresa Pizarro Beleza Docente universitária e investigadora

culo passado –, e os tribunais internacionais estariam “inundados de mulheres”.

Ali, a média feminina é “es- troncosamente baixa” à ex- ceção do Tribunal Penal In- ternacional (57%), cujo esta- tuto diz que a composição deve ser paritária.

A desembargadora foi uma das intervenientes no semi- nário “As mulheres nas ma- gistraturas em Portugal”, or- ganizado pelo Centro de Es- tudos Sociais. Além da discri- minação na progressão na carreira, as intervenientes também questionaram se as decisões judiciais são in- fluenciadas pelo género.

“É inevitável que a experi- ência de vida do juiz in- fluencie (a decisão). Não sei se o facto de ser mulher por si só” contribui. “Os proble- mas da igualdade de facto en- tre homens e mulheres fa- zem com que as experiências sejam diferentes”, considera Maria dos Prazeres Beleza, juíza conselheira do Supre- mo Tribunal de Justiça.

Para a juíza presidente, da comarca Alentejo-Litoral, Maria João Barata, “houve sempre situações em que fui concluindo que era mais difícil atuar sendo mulher: quan- do estão em causa crimes se- xuais ou de violência domés- tica”, conta. “A perspetiva que tenho é de que as mulhe- res têm dificuldades acresci- das no exercício da profissão e nos direitos como a mater- nidade”, conclui. ●